

Felipe Taumaturgo Rodrigues de Azevedo

O Projeto Quilombo da Gamboa

a ação colaborativa e resistência popular
pelo direito ao centro do Rio de Janeiro

Resumo

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o cotidiano dos moradores do Projeto de Moradia Social Quilombo da Gamboa, um modelo autogestionário de produção de moradia, que visa à construção de casas populares mediante a legitimidade constitucional da moradia como direito. A ideia do projeto é que os moradores sejam responsáveis por todas as etapas da produção das habitações. Tratamos aqui de investigar a materialização do Quilombo da Gamboa como uma alternativa real de autogestão habitacional no Rio de Janeiro, contrapondo uma lógica de cidade em que as relações de troca se sobrepõem aos valores de uso, negligenciando direitos básicos de sobrevivência nos espaços da metrópole, além da possibilidade de analisar as especificidades da contribuição desses sujeitos para a construção de um espaço do Centro mais horizontal e democrático.

Questão habitacional

Acesso à moradia

Movimento dos sem-teto

Abstract

This work propose one reflexion about everyday life of the residents in the social housing project Quilombo da Gamboa, a self-managed model of housing production, wich aims at the constrution of popular houses through constitutional legitimacy of housing as a right. The idea of the project is that the residents are responsible for all stages of the production of housing. We try to investigate the materialization of the Quilombo da Gamboa as a real alternative of self-managed housing in Rio de Janeiro, going in the opposite direction of a city logic in which exchange ratios override the values of use, neglecting basic rights of survival in metropolitan spaces, beyond the possibilite of analysing the specificities of the contribution of these people to the construction of a more horizontal and democratic downtown space.

Housing issue

Housing access

Homeless movement

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa¹ surge a partir do nosso interesse pelo cotidiano da luta pela moradia. Não podemos começar este artigo sem esclarecer o que nos trouxe até aqui. Nosso trabalho é um desdobramento de uma pesquisa que se iniciou em 2013 sobre as resistências ao Porto Maravilha e reconheceu a presença de alguns sujeitos que foram diretamente afetados pela implementação do projeto de “refuncionalização” da Zona Portuária do Rio de Janeiro (MARTINS *et al.*, 2015). Essas pessoas se organizavam em um movimento popular chamado “Quilombo das Guerreiras”, que não só revelava um grande problema habitacional na metrópole do Rio de Janeiro, mas também expunha a necessidade de morar na área central da cidade e clamava pelo fim das remoções, cada vez mais rotineiras desde que a cidade foi escolhida como sede de grandes eventos esportivos (RAMOS, 2012).

Infelizmente, a Ocupação Quilombo das Guerreiras sofreu uma severa remoção em 2013, o que provocou uma grande dispersão entre os moradores, quando alguns se realocaram em zonas periféricas do estado do Rio de Janeiro como a Zona Norte e a Baixada Fluminense, e outros se assentaram no Projeto de Moradia Social Quilombo da Gamboa, principal objeto deste texto.

O Quilombo da Gamboa é uma experiência autogestionária de produção de moradia,² vinculado ao Minha Casa, Minha Vida – Entidades, um programa governamental que privilegia associações, cooperativas e ONG’s articuladas à problemática da habitação, ao visarem à construção de casas populares mediante a legitimidade constitucional da moradia como direito. A ideia do projeto é que os moradores sejam responsáveis por todas as etapas da produção das habitações. Sobre a autogestão habitacional:

É a própria comunidade gerindo o processo da produção da solução de sua habitação. Falamos do controle em todas as etapas, desde a definição do terreno, do projeto, da equipe técnica que os acompanhará, da forma de construção, compra de materiais, contratação de mão de obra, organização do mutirão, prestação de contas e organização da vida comunitária. (MINEIRO e RODRIGUES, 2012, p. 21)

Os moradores do Quilombo da Gamboa foram

1 Trabalho realizado sob a orientação da Professora Dra Anita Loureiro de Oliveira (IM-UFRRJ).

2 Informações retiradas de cartilha entregue por um dos moradores do Projeto de Moradia Social Quilombo da Gamboa.

contemplados com o benefício do Minha Casa, Minha Vida – Entidades e por isso conseguiram a documentação necessária para a construção de 116 moradias no bairro da Gamboa, próximo à Cidade do Samba, área central do Rio de Janeiro, o que para nós se configura como uma grande vitória para a luta pelo direito ao Centro da metrópole e pela habitação.

A conquista do direito à construção das moradias origina uma demanda ainda maior de organização popular e de responsabilidade com a agenda de lutas do grupo, já que a Caixa Econômica, agente financeiro do projeto, solicita aos futuros moradores algumas comprovações de que os sujeitos estão se organizando coletivamente, como uma lista de presença das reuniões mensais e fotografias, uma clara demonstração de que o Governo Federal ainda não acredita fielmente nos projetos de autogestão, como destaca a própria UMP – RJ, organização filiada à União Nacional Por Moradia Popular – UNMP, grupo parceiro do PMS Quilombo da Gamboa: “Ainda nos deparamos com o despreparo e preconceito com as formas autogestionárias de produção habitacional, como se não fosse o povo o maior construtor de nossas cidades.” (UNMP *apud* RODRIGUES, 2012, p. 20)

Há uma grande importância em destacar a horizontalidade do grupo como elemento necessário para a produção das moradias. Existe, por exemplo, um princípio entre os indivíduos que demanda uma contribuição mensal de cinco reais para o fundo de finanças que ajuda a controlar os poucos recursos existentes no projeto. Muito embora, às vezes, algumas pessoas em situações financeiras precárias não possam cooperar com o dinheiro, como vimos em uma de nossas visitas ao Quilombo: quando uma senhora que estava desempregada não poderia efetuar a colaboração naquele mês, foi realizada, então, uma reunião entre todos os participantes, que decidiram, em votação, que ela não precisaria contribuir durante aquele período.

Consideramos de suma importância relembrar essa história, porque a memória da visita ao Quilombo da Gamboa foi fundamental na construção das nossas convicções sobre possíveis caminhos metodológicos e direcionamentos da pesquisa.³

O Projeto de Moradia Social Quilombo da Gamboa se configura como uma alternativa real de auto-

3 Organizamos uma oficina em junho de 2015 sobre o reaproveitamento de caixotes para a construção de uma pequena biblioteca para as crianças da ocupação. Em maio de 2016 realizamos outra oficina com as crianças, dessa vez com o intuito de trabalharmos questões relacionadas à representatividade da cultura negra através do audiovisual e de histórias infantis, como o reconhecimento do cabelo crespo e a importância da literatura de matriz africana.

gestão habitacional no Rio de Janeiro, dentro de uma lógica de cidade-negócio, onde as relações econômicas se sobrepõem aos direitos básicos de sobrevivência nos espaços da metrópole. Por isso o caráter de resistência desse projeto de produção popular de moradia se destaca em cada ação movida pelos sujeitos do grupo, o que nos motiva a não perder o empenho pela profundidade desta análise.

O QUE FAZ A CIDADE SER EXCLUDENTE?

É importante começar esta parte do trabalho sinalizando quais as principais contradições existentes na cidade e como se desenrola a vida no espaço urbano, que, segundo Ermínia Maricato (2015), se concebe como plataforma do processo de dominação hegemônica do capitalismo, por isso nossa discussão se dará em torno dos conflitos e disputas da cidade capitalista. Consideramos primordial provocar o questionamento sobre quais são os principais agentes desse espaço urbano, e para isso nos apoiaremos na clássica base teórica proposta por Roberto Lobato Corrêa, a partir de sua obra *O espaço urbano* (2000), na qual o autor considera a importância de diferentes sujeitos na construção do território da cidade. Corrêa divide essa responsabilidade em cinco categorias: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Para nossa discussão inicial, daremos maior atenção para a atuação do Estado como principal condutor da organização espacial da cidade. A partir das contribuições do autor, percebemos um grande interesse por parte do Estado na reprodução das relações econômicas em detrimento da garantia de alguns direitos primordiais para a estruturação da vida em sociedade, como o direito à moradia. Corrêa faz uma crítica em relação à criação, por parte do Estado, de condições de privilégio ao acúmulo de riquezas pelos três primeiros agentes da produção do espaço urbano; os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários. Ou seja, sempre que possível, a ação estatal será basicamente atender aos interesses da classe dominante, mesmo que para isso tenha que promover ações drásticas contra a população, como é o caso das remoções, se quisermos usar algum exemplo.

Ainda nesse sentido da crítica à ação estatal, David Harvey em *A produção capitalista do espaço* (2005), nos chama atenção para a necessidade da materialização do Estado a partir do paradoxo existente entre os interesses do setor privado e os da clas-

se trabalhadora. Embora sua atuação seja em torno da conciliação de classes, geralmente o Estado tende a transformar a classe economicamente dirigente na classe politicamente dirigente (ENGELS, 1941 *apud* HARVEY, 2005). Em resumo, a ação estatal tende a privilegiar as classes detentoras dos meios de produção.

A cidade se configura como o principal espaço da reprodução da força de trabalho, ou seja, faz parte do cotidiano dos trabalhadores (MARICATO, 2015). Desde que o mundo se tornou majoritariamente urbano, a cidade passou a reunir demandas de sobrevivência cada vez maiores. Falamos de saneamento básico, energia elétrica, água e principalmente de transporte e moradia. Maricato destaca a contribuição de Manuel Castells para enunciar a ampliação desses elementos fundamentais para a vida no espaço urbano, como um fenômeno que cresceu conjuntamente com a cidade capitalista e sobreviveu ao fim do *Welfare State*:

Cada vez mais a reprodução da população que compõe a força de trabalho, em sua maioria, se faz de modo coletivo ou “ampliado”, dependente do Estado, como desenvolveu Castells no clássico livro *La question urbaine*, de 1972. Transporte coletivo, infraestrutura e equipamentos sociais são necessidades que, apesar do fim do *Welfare State* ou apesar da tendência à privatização dos serviços públicos após a década de 1980, ainda permanecem como questões cruciais da luta social nos países periféricos ou centrais da atualidade. (MARICATO, 2015, p. 22)

A discussão sobre a “reprodução da força de trabalho ampliada” é muito importante para a reflexão proposta neste trabalho, já que a luta pelo direito à moradia não se constrói como pauta única quando pensamos o habitar a cidade, e outras reivindicações que acompanham o acesso à habitação se fazem necessárias. Se utilizarmos a questão do transporte como exemplo, perceberemos a necessidade extrema de participação popular na produção social do espaço, especialmente relacionada ao direito às áreas centrais da cidade.

Existe uma questão fundamental no cerne dos movimentos de luta pela moradia do Rio de Janeiro, que é a particularidade em relação à permanência no centro da cidade. Esses movimentos acreditam que os principais núcleos urbanos congregam as maiores oportunidades de trabalhos temporários e por estarem “perto de tudo”⁴ não representam um custo tão

⁴ Informações retiradas de entrevistas com os moradores do Projeto de Moradia Social Quilombo da Gamboa realizadas

oneroso no que se refere aos gastos com os meios de transporte. Ramos reforça a necessidade da proximidade do Centro:

A argumentação que evoca a necessidade de moradia nas áreas centrais para as populações de baixa renda desprovidas de habitação e sem condições de arcar com os custos de um aluguel, ainda que em ambientes precários, como muitas favelas, se constrói sobre a distribuição dos equipamentos urbanos de uso coletivo, sobre a logística dos deslocamentos diários, o acesso aos serviços de transportes públicos e a maior oferta de empregos e trabalhos, ainda que temporários, nessa área ou em bairros próximos e, principalmente, sobre o tempo, tão caro a todo ser humano, que é “roubado” dia a dia desses homens e mulheres que dependem de longas jornadas de trabalho longe de casa. Os bairros centrais da cidade dispõem desses requisitos e, especialmente no caso do Rio de Janeiro, nossa referência empírica, mas não menos em outras capitais brasileiras, é uma região dotada de grande quantidade de imóveis vagos, em processo de deterioração pela longa espera na definição de problemas judiciais ou, simplesmente, entregues à especulação imobiliária. (2012, p. 204)

Os moradores do Quilombo da Gamboa relatam que é na área central que se reproduzem as melhores condições para os trabalhos ditos “informais”, termo que rejeitamos por acreditarmos que essa designação só configura uma racionalidade diferente do pensamento dominante, o que, baseados na obra de Milton Santos (2000), intitulamos “contrarracionalidade”.

Os trabalhadores sem teto geralmente reivindicam as partes centrais da cidade porque esses são os espaços favoráveis às práticas do “homem lento” de Santos (1994), que seria o sujeito comum, banal, aquele capaz de rezar pela chuva para que possa vender as capas de proteção à mesma, ou aquele que se aproveita dos dias de trânsito lento para comercializar o biscoito e a água. Esses sujeitos utilizam sua “imobilidade” na cidade, sua “lentidão”, como trunfo para desafiar sua própria condição de subalternidade.

Ainda de acordo com Santos, a mundialização do capitalismo alarga as distâncias entre as pessoas, por isso, para o homem comum, a tal “aldeia global” só se configuraria como mera ilusão, uma verdadeira fábula. O autor diz que para o homem comum, “lento”, o seu “mundo concreto, imediato, é a Cidade” (1994, p. 82), ousamos acrescentar que nesse caso, o mundo real do homem lento, do trabalhador sem teto no Rio de Janeiro, é o centro da cidade.

durante as reuniões de organização do grupo. De dezembro de 2014 até os tempos atuais (junho de 2017).

POR UMA GEOGRAFIA QUE VALORIZE O GESTO

Esta seção do nosso trabalho se debruça sobre a necessidade de reconhecer a importância da valorização dos homens e mulheres comuns na construção teórico-metodológica da Geografia no tempo presente (SILVA, 2014), principalmente pelas experiências históricas de luta dos “grupos sociais excluídos” do espaço urbano (CORRÊA, 2000), tão importantes para a estruturação desse trabalho. Para isso nos valem das contribuições de Ana Clara Torres Ribeiro, Cátia Antônia da Silva e Milton Santos, que nos demonstram a possibilidade de um fazer geográfico mais sensível e com o cuidado necessário para se debruar com um modelo de pesquisa que tem o “sujeito como objeto”, que é o nosso caso.

Silva (2014) nos convida a superar “a geografia das formas e dos grandes agentes, que valoriza as metanarrativas ou os discursos hegemônicos”, por isso utilizaremos essa referência como componente fundamental, já que nossa intenção neste momento não é detalhar como se dá a burocracia interna da Caixa Econômica Federal junto ao Ministério das Cidades, mas sim compreender as táticas e as formas de solidariedade horizontal que permitem, por exemplo, que uma dona de casa que busca conquistar a moradia no Projeto Quilombo da Gamboa possa guardar um lugar na fila de atendimento da Secretaria de Fazenda para que outros integrantes do Projeto que trabalham e não têm disponibilidade possam ter assegurado o andamento do processo jurídico que lhes dará acesso à moradia digna. Essa solidariedade horizontal dos mais pobres é lembrada por Milton Santos, quando o autor expõe que a organicidade é um novo tipo de ordenamento político, capaz de desafiar a própria exclusão social. Nas palavras do autor:

Na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos de baixo, constituída a partir das suas visões do mundo e dos lugares. Trata-se de uma política de novo tipo, que nada tem a ver com a política institucional. Esta última se funda na ideologia do crescimento, da globalização etc. e é conduzida pelo cálculo dos partidos e das empresas. A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo. (SANTOS, 2000, p. 65)

“Continuar existindo” é a reivindicação principal dos sujeitos que dialogamos aqui, inclusive ousamos dizer que a pretensão pelo simples “existir” caracteriza não só o “homem lento” de Milton Santos, mas também o “sujeito corporificado” de Ana Clara

Torres Ribeiro, e o “homem ordinário” de Michel de Certeau. Essas três abordagens são fundamentais para a consolidação do corpo teórico desta pesquisa, já que são sujeitos

que vivem, que pensam, que percebem as rupturas causadas pela força da violência da modernização econômica e cultural num contexto de capitalismo periférico em que as ações de Estado e da ciência muitas vezes fazem impor a colonialidade do saber e do poder sobre os homens e mulheres comuns. (SILVA, 2014, p. 15).

O “homem lento”, “ordinário” ou o “sujeito corporificado” são atores de um espaço urbano desumanizado, “articulado e fragmentado”,⁵ “desigual e combinado”,⁶ caracterizado por projetos hegemônicos que “difundem valores e estabelecem as normas de conduta e validam as leis que valerão para si e para outros” (CAMPOS, 2014, p. 52).

Nesse contexto surge a importância de outra escala de análise, que valorize os projetos e ações de sujeitos não hegemônicos (CAMPOS, 2014, SILVA, 2014). Em vista disso, no nosso caso temos a intenção de tentar demonstrar que a resistência pelo acesso à moradia nada mais é do que uma luta de homens e mulheres comuns, “alvos da destruição economicamente útil” (2012, p. 59), como chama Ribeiro. Esses são sujeitos que necessitam da cotidianidade dos espaços centrais da cidade para o exercício da sua sobrevivência.

O DIREITO À MORADIA ENQUANTO CONVITE À REFLEXÃO

O Rio de Janeiro, historicamente, apresenta um grande número de casos nos quais a permanência dos mais pobres nas partes centrais da cidade não é de interesse governamental ou privado, acarretando a expulsão dessas pessoas do Centro e a delimitação da sua participação na produção do espaço urbano.

A precarização do acesso à moradia se tornou uma pauta constante dos movimentos populares pelo direito à habitação desde o fim dos anos 1980, que problematizam “a questão da legitimidade e da legalidade de se manterem tantos imóveis desocupados nas áreas centrais das cidades brasileiras, diante de um elevado déficit habitacional nas grandes metrópoles do país, como o Rio de Janeiro” (BRASIL

apud RAMOS, 2012, p. 206). Para isso, os movimentos sociais se respaldam no 5º artigo da Constituição Federal, o qual considera a necessidade de todo imóvel atender a sua função social, e, se não cumprida essa obrigação, o imóvel estaria passível de desapropriação pelo Estado para sua utilização para fins de interesse social (BOULOS, 2013 *apud* AZEVEDO e CUNHA, 2015).

Os sujeitos que reivindicam o problema habitacional no Brasil apresentam outras bandeiras importantes no que diz respeito ao contexto das políticas públicas de moradia, como a possibilidade de autogestão e o controle de todo o processo produtivo da construção de suas casas, além disso, denunciam o monopólio exercido pelo capital privado no modelo de outros programas habitacionais, mesmo os que foram contemplados com recursos públicos, como apontam Mineiro e Rodrigues (2012, p. 20):

A autogestão na habitação é uma bandeira presente na plataforma dessas organizações, que denunciam não apenas a falta de apoio a esse modelo, mas a que interesses servem a quase exclusividade dada à produção privada de habitação social financiada com recursos públicos.

No caso dos movimentos populares de autogestão habitacional, o Estado se manifesta incrédulo na possibilidade de construção popular das moradias (MINEIRO e RODRIGUES, 2013), por isso os sem-teto, ao reivindicarem o direito à moradia autogestionária, também denunciam a quem interessa o monopólio da construção de habitações, mesmo que com recursos públicos; isto é, mais uma vez a atuação estatal promove regalias ao setor privado.

Acreditamos que a construção de habitações populares pelos próprios donos dos imóveis se manifeste como uma agradável contradição, já que ao longo da história os mais pobres deram seu sangue e suor pelo crescimento das grandes cidades e mesmo assim foram designados às zonas periféricas do espaço urbano, enquanto, agora, essas pessoas podem, minimamente, ter acesso a um direito extremamente necessário e primordial para a obtenção de outros direitos, como é o caso dos moradores e produtores do Projeto de Moradia Social Quilombo da Gamboa, nosso principal objeto de pesquisa, cuja localização é a Zona Portuária do Rio de Janeiro, área que recentemente vem abrigando grandes empreendimentos imobiliários, inclusive a partir de parcerias público-privadas com destaque para os investidores estrangeiros. Portanto, a possibilidade da produção de construções populares nesse recorte geográfico se caracteriza como um avanço muito importante

⁵ Ver (Corrêa, 2000, p.6)

⁶ Ver Lowy (1973)

para os movimentos sociais, que não remete apenas à materialização da conquista da autogestão da habitação, mas também representa a reconquista de um lugar com um forte simbolismo para a população negra e pobre. Nas palavras da União Nacional Por Moradia Popular⁷ sobre a autogestão habitacional: “construímos alternativas de gestão onde somos sujeitos de nossa própria história” (UNMP, 2003, *apud* MINEIRO e RODRIGUES, 2013, p. 22). Assim, percebemos que a luta pela moradia popular em áreas centrais pode representar a autonomia e não só a atuação, mas também a possibilidade de se reescrever a história do povo pobre por si próprio.

Iremos aprofundar teoricamente uma definição para essa forma de organização popular de autogestão, no caso da moradia, e utilizaremos alguns eventos históricos das principais reivindicações populares contra a precarização do acesso à moradia como referência. Sobre a possibilidade prática de autogestão na habitação em uma escala local/nacional, nosso objeto principal é o Quilombo da Gamboa, sujeito coletivo com o qual a pesquisa já dialoga. Entendemos como autogestão habitacional

as ações em que a produção habitacional ou a urbanização de uma área se dá através do controle da gestão dos recursos públicos e da obra pelos movimentos populares, associações e cooperativas. É a própria comunidade gerindo o processo da produção da solução de sua habitação. (MINEIRO e RODRIGUES, 2012, p. 21).

O modelo autogestionário requerido pelos movimentos populares e que estamos investigando inspira-se no Uruguai, que desde a década de 1960 desenvolve projetos de habitações populares em cooperativas habitacionais (MINEIRO e RODRIGUES, 2012). A pauta sobre a autogestão habitacional começou a se fazer presente na agenda de lutas dos movimentos populares desde a 1ª Caravana da Moradia à Brasília, em 1988.

A pauta sobre a autogestão habitacional começou a se fazer presente na agenda de lutas dos movimentos populares:

Essa reivindicação coexistiu com o projeto de lei de iniciativa popular de criação do Fundo Nacional de Moradia Popular, apresentado em 1991. Junto com o desenvolvimento do PL e com a proposta de um Sistema Nacional de Habitação integrando Estados e municípios, a luta para que a autogestão

integrasse a política nacional de habitação persistiu na pauta política dos movimentos. (MINEIRO e RODRIGUES, 2012, p. 22)

A luta pelo direito à construção popular persistiu e, desde o início do mandato do governo Lula em 2003, com a criação do Ministério das Cidades, foi uma das primeiras bandeiras levantadas pelos movimentos populares. Nas palavras da UNMP em ofício ao Ministério das Cidades, a organização

defende a autogestão como uma maneira não só de construir casas, bairros ou equipamentos sociais, mas como uma forma de construção de poder popular. Ao controlar recursos públicos e processos, lutamos contra o clientelismo e a manipulação do poder público sobre a população e as organizações sociais. (UNMP, 2003 *apud* MINEIRO e RODRIGUES, 2012, p. 22).

Ao observarmos o cotidiano dos moradores do Quilombo da Gamboa, podemos perceber que apesar do caráter próprio de horizontalidade e de cooperação entre os habitantes, existe certa liderança exercida por alguns sujeitos específicos, como é o caso do Roberto Santos, interlocutor fundamental para o andamento deste trabalho. A geógrafa Tatiana Tramontani (2012) evidencia que existem dois tipos de ocupações dentro do movimento dos sem-teto: uma na qual há a figura de um líder mais formal (tome-mos como exemplo a figura do Guilherme Boulos, coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), chamada variante por coordenação, e outra na qual não existem sujeitos que exerçam uma liderança formalizada, mas que podem desempenhar um papel de destaque nos projetos (que podem ser reconhecidos na figura de Roberto Santos, anteriormente citado), chamada variante por coletivo (SOUZA e TEIXEIRA, 2009 *apud* RAMOS, 2012). Essa diferença em relação aos outros moradores pode ocorrer

por sua iniciativa, oratória, capacidade de análise e articulação e que ganham, por isso, um reconhecimento da coletividade que, em muitos casos e situações, depositam nessas pessoas uma confiança, um respeito ou, até mesmo, as veem como exemplo de conduta e forma de pensar (RAMOS, 2012, p. 352)

Ramos (2012) nos ensina que as ocupações demarcadas a partir de um projeto pautado no “coletivo” remetem a uma organização espacial e arquitetônica que privilegia os espaços de encontro e articulação política. Na Quilombo das Guerreiras, por exemplo, até a cozinha e os banheiros eram coletivos. Para nós,

⁷ Organização popular de grande importância para as lutas urbanas de acesso à moradia e autogestão habitacional.

essa preocupação da promoção do encontro e do estímulo à horizontalidade demarca o que há de mais peculiar e especial no que diz respeito à antiga Quilombo das Guerreiras perante outros movimentos de trabalhadores sem teto. Ramos, junto de Almeida, Grandi e Moreira (2009) buscou dividir as espacialidades da ocupação e a sua influência nas relações sociais e de poder do movimento. A contribuição dos autores para a construção dessa parte do trabalho se faz fundamental, por isso acreditamos que a divisão proposta pelos mesmos deva estar presente nas próximas linhas desta seção da pesquisa.

Almeida, Grandi, Moreira e Ramos (2009) dividiram os espaços da ocupação em cinco categorias: (a) espaços formais deliberativos, (b) espaços formais não deliberativos, (c) espaços informais de uso comum, (d) espaços de produção e geração de renda e por último (e) áreas de segurança.

Desde o momento em que tivemos como prioridade olhar para os sem-teto como parte principal deste trabalho, chegamos à conclusão de que eles são sujeitos modeladores do espaço urbano (RODRIGUES e SOUZA, 2004), ao modificarem o sentido dos lugares e exercerem uma relação de produção e planejamento do território, mesmo sem muitas vezes contarem com o amparo direto dos órgãos governamentais, configurando assim o que Glauco Bruce Rodrigues e Marcelo Lopes de Souza consideram como planejamento urbano não conservador.

Ao observarmos a pauta de uma das reuniões que visitamos, notamos a presença de um tópico a ser abordado chamado Mapa das Utopias, e, neste momento da reunião, os futuros moradores presentes no espaço se dedicavam à lembrança de todos os equipamentos públicos existentes no entorno do Quilombo da Gamboa, desde escolas e hospitais até espaços esportivos e de lazer. Em uma clara demonstração de reconhecimento da geografia local e de identificação das demandas urgentes para a população pobre do centro do Rio de Janeiro. Soa como uma forma dos movimentos sociais equalizarem suas vozes por um espaço metropolitano em que têm direito de produzir e consumir.

POR UMA CARTOGRAFIA DAS UTOPIAS: O RECONHECIMENTO DO ESPAÇO PELOS SEM-TETO COMO INSTRUMENTO DE LUTA POR UMA CIDADE COMO DIREITO

Aprofundar a reflexão sobre o Mapa das Utopias desenvolvido pelos integrantes do Quilombo da Gamboa permite questionar o alcance dessa ação como

uma alternativa insurgente ao modelo de planejamento urbano conservador organizado pelo Estado e alinhado aos interesses da classe dominante, que negligencia a participação popular na produção do espaço urbano. Essa exclusão obstrui a construção de uma cidade mais interessante para os sujeitos que nela vivem, por isso nossa intenção é valorizar as práticas de reconhecimento do espaço pelos sem-teto do centro do Rio de Janeiro e futuros moradores do Projeto de Moradia Social Quilombo da Gamboa, ao reivindicarem a possibilidade de organização de uma cidade humanizada e realizável, que esteja de acordo com o cotidiano e as demandas urgentes dos mais pobres.

Para iniciarmos qualquer discussão sobre algumas ações reivindicatórias para melhorias da organização espacial da área em que está localizado o PMS Quilombo da Gamboa, é preciso traçar pequenas reflexões acerca do que se reconhece como planejamento urbano. Para isso, lançamos mão das contribuições de Glauco Bruce Rodrigues e Marcelo Lopes de Souza, no paradigmático *Planejamento urbano e ativismos sociais* (2004), quando provocam uma importante contestação sobre os problemas enfrentados pela cidade. Seria a falta de planejamento a razão das dificuldades encontradas no espaço urbano? Segundo os autores, não. Essa questão não pode e nem deve ser explicada dessa forma; de modo a parecer que se houvesse planejamento todos os problemas estariam resolvidos (RODRIGUES e SOUZA, 2004, p.9). Para eles, a forma que se planeja e ordena o espaço reside em escolhas, e elas podem estar representadas através da participação do Estado como provedor dos interesses das elites econômicas, de maneira conservadora, como a famosa Reforma Passos (ABREU 2013, AMADOR, 2013, RAMOS, 2012, RODRIGUES e SOUZA, 2004), que representou a remoção de milhares de moradias das pessoas mais pobres do Rio de Janeiro no início do século XX, ou a partir do Projeto Porto Maravilha, com a construção de grandes empreendimentos imobiliários no contexto de requalificação do espaço da Zona Portuária do Rio de Janeiro no período em que a cidade tornava-se “Cidade Olímpica”. Esse projeto de refuncionalização é conflituoso com relação às demandas do Quilombo da Gamboa, em uma clara disputa de sentidos no espaço central da metrópole, quando são confrontados o direito à moradia para os mais pobres e a lucratividade em benefício do Estado e de seus parceiros econômicos.

Os autores sinalizam a possibilidade de construção do planejamento urbano um pouco mais distante do monopólio do Estado, ao promoverem a atuação de outros agentes como também “planejadores”

da cidade, de modo não conservador. Nesse sentido, chamam atenção para o protagonismo de alguns grupos, como as associações de moradores, os grupos de hip-hop ou as organizações sem teto. À luz dessa discussão, nossa análise justifica-se, principalmente, por buscar dialogar com o último grupo social citado, os trabalhadores sem teto. Esses sujeitos surgem como motivadores de nossa discussão. Seriam os sem-teto potenciais planejadores do espaço urbano negligenciados pela racionalidade dominante? Temos a noção de que essa questão não poderá ser completamente respondida neste texto, embora ousaremos trazer alguns elementos fundamentais para essa problemática, tendo a certeza de que o debate sobre um planejamento urbano alternativo se faz imprescindível.

Em uma de nossas visitas às reuniões do Quilombo da Gamboa, os moradores foram submetidos a um momento parecido com uma oficina, quando procuraram refletir sobre o espaço do entorno do terreno onde serão construídos os imóveis do projeto de moradia para o qual foram contemplados. O reconhecimento da região pelos sem-teto nos chamou muito a atenção. Ficamos impressionados com a capacidade com que se lembravam dos equipamentos públicos da área, desde escolas e hospitais até espaços esportivos e de lazer, além de apontarem para as necessidades urgentes de alguns aparelhos urbanos que eram insuficientes naquele momento. Essa postura reivindicatória soa como uma forma dos movimentos sociais equalizarem suas vozes por um espaço metropolitano no qual têm direito de produzir e consumir, que seja capaz de contemplar o desenrolar da vida dos de baixo.

A percepção sobre o território demonstrada pelos sem-teto só se pratica por conta de uma relação de uso e cotidianidade com aquele espaço, como nos ensina Raúl Zibechi, “na história dos oprimidos, o caminho se faz ao caminhar” (2015, p. 17). Portanto, a construção da Região Portuária do Rio de Janeiro tem uma íntima relação com o “caminho” de luta percorrido pela população pobre e negra da metrópole ao longo da história, sendo que esses homens e mulheres são os principais protagonistas do Projeto Quilombo da Gamboa, sujeitos fundamentais na reivindicação do Centro como espaço destinado para a moradia.

O Mapa das Utopias é uma representação cartográfica de extrema importância, principalmente pela sua construção, protagonizada pelos trabalhadores sem teto do Rio de Janeiro. Para nós, essa produção por e para os sem-teto demonstra a valorização do pensamento autônomo e horizontal, muitas vezes mencionado neste artigo, mas que não podemos perder enquanto elemento fundante para a história desse projeto de moradia. André Mesquita nos demonstra

a importância do processo de cartografagem coletiva organizada de maneira livre e espontânea por pessoas comuns:

Mapeamentos coletivos compartilham o uso livre, expandido e não-convencional da linguagem e das técnicas cartográficas até então restritas aos especialistas, socializadas e reinventadas posteriormente em novos espaços e situações como um processo de trabalho contínuo. (MESQUITA, 2013, p. 251)

Inspirado em outras experiências de cartografagem dos movimentos sociais, buscamos uma leitura apropriada sobre a realidade dos sujeitos do Quilombo da Gamboa. A partir das contribuições de Renato Emerson dos Santos, notamos que, se fizermos uma análise histórica dos principais exemplos de mapeamento dos movimentos sociais, perceberemos que sua construção se deu a partir de intelectuais e acadêmicos (SANTOS, 2011), metodologia diferente da utilizada pelo projeto de moradia, no qual os moradores são protagonistas no processo de mapeamento. Nesse contexto, consideramos importante citar os exemplos das “Cartografias da ação e análise de conjuntura: reivindicações e protestos em contextos metropolitanos”, produzida pelo Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território (LASTRO/IPPUR/UFRRJ), coordenado por Ana Clara Torres Ribeiro, outras vezes citada neste texto e uma clara referência para nós no ponto de vista metodológico, e também do “Observatório dos conflitos urbanos na cidade do Rio de Janeiro”, do Laboratório Estado, Trabalho, Território de Natureza da UFRJ (ET-TERN/IPPUR/UFRJ), orientado por Carlos Vainer e Henri Acselrad.

É importante ressaltar que esta última parte do nosso trabalho ainda se encontra em produção. Nossa ideia é promover oficinas de mapeamento coletivo com os moradores do projeto, a partir da já demonstrada relação de pertencimento e reconhecimento do território do centro da metrópole pelos trabalhadores, de forma que seja valorizado o diálogo com os sujeitos que compõem os movimentos sociais, para que consigamos construir instrumentos de análise que não só reconheçam a horizontalidade como parte principal da articulação dos moradores entre si, mas que também construam uma relação que possa se refletir na nossa própria convivência como pesquisador e objeto que se configura como sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É uma opção de método observar o cotidiano de pessoas que lutam por direitos negados historicamente.

Enxergamos no Quilombo da Gamboa uma oportunidade de acompanhar algo importante na luta pela reforma urbana e pelo acesso à moradia digna no Rio de Janeiro. Acreditamos que a conquista da autogestão habitacional é uma vitória da horizontalidade frente ao grande capital imobiliário em um jogo de poder extremamente desproporcional, o que nos traz muita esperança, reforça a nossa escolha por essa temática tão delicada e reforça a motivação da submissão deste trabalho, sobretudo a partir da busca pela valorização dos sujeitos subalternos como importantes agentes da produção do espaço social da cidade capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4º ed - Rio de Janeiro: IPP, 2013.
- ALMEIDA, Rafael Gonçalves de; MOREIRA, Mariana Fernandes; GRANDI, Matheus da Silveira. **Oikos, Ágora e Ekklesia: uma introdução às fronteiras, pontes e “Áreas de Sombra” de um espaço ocupado (Ocupação Quilombo das Guerreiras–Rio de Janeiro)**. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 13, 2013.
- AZEVEDO, Felipe T. Rodrigues de; CUNHA, Andréia Ribeiro. **É só mais um Silva que não tem moradia: A Ocupação Quilombo das Guerreiras na luta contra as remoções e a questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro**. In: ARRUZO, Roberta Carvalho; OLIVEIRA, Anita Loureiro de. (Organizadoras) *Geografia e Resistências: Imaginários, discursos e práticas no território fluminense*. Rio de Janeiro: Entorno, 2015. p. 3-14
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.
- _____. **Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo. Editora da Unicamp, 2001.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2000.
- HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista Nera, n. 6, p. 24-34, 2012.
- MARTINS, Gabriel. et al. **Transformações socio-espaciais no Morro da Providência: A interferência dos projetos hegemônicos no cotidiano**. In: ARRUZO, Roberta Carvalho; OLIVEIRA, Anita Loureiro de. (Organizadoras) *Geografia e Resistências: Imaginários, discursos e práticas no território fluminense*. Rio de Janeiro: Entorno, 2015.
- MINEIRO, Edilson Henrique; RODRIGUES, Evâniza. **Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção**. In: LAGO, Luciana Corrêa (organizadora). *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*. São Paulo: Letra Capital, 2012. p. 19-48.
- MOREIRA, Mariana Fernandes. **“Um palacete assobradado”: da reconstrução do lar (materialmente) à reconstrução da ideia de “lar” em uma ocupação de sem-teto no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2011. (Dissertação de mestrado).
- LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Paris: Revista Actuel Marx, n. 18, p. 8, 1995.
- RAMOS, Tatiana Tramontani. **As barricadas do hiperpreariado urbano: das transformações no mundo do trabalho à dinâmica socioespacial do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2012. (Tese de doutorado)
- RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. **Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método**. Cadernos IPPUR, p. 33-52, 2001.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Os geógrafos na luta pela cidade como direito**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 3, n. 1, p. 7-20, 2013.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, Renato Emerson dos. **Movimentos sociais e Geografia: sobre a (s) espacialidade (s) da ação social**. Rio de Janeiro. Consequência, 2011.
- SILVA, Cátia Antônia da. **Cartografia da ação social: reflexão e criatividade no contato da escola com a cidade**. Revista Tamoios, v. 8, n. 1, 2012.
- SILVA, Cátia Antônia da; CAMPOS, Andreilino; MODESTO, Nilo Sérgio D’ávila. **Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- ZIBECCHI, Raúl. **Territorios en resistencia: cartografía política de las periferias urbanas latino-americanas**. Buenos Aires: Lavaca, 2008. ■